

Superior Tribunal de Justiça

CERTIDÃO DE JULGAMENTO PRIMEIRA TURMA

Número Registro: 2014/0279032-7

AgRg no
AREsp 611.929 / DF

Números Origem: 01704941120098070001 1704941120098070001 20090111704940

EM MESA

JULGADO: 05/02/2015

Relator

Exmo. Sr. Ministro **BENEDITO GONÇALVES**

Presidente da Sessão

Exmo. Sr. Ministro **NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO**

Subprocuradora-Geral da República

Exma. Sra. Dra. **ANA BORGES COELHO SANTOS**

Secretária

Bela. **BÁRBARA AMORIM SOUSA CAMUÑA**

AUTUAÇÃO

AGRAVANTE : CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL - CLDF
PROCURADOR : SERGIO LUIZ DA SILVA NOGUEIRA E OUTRO(S)
AGRAVANTE : DISTRITO FEDERAL
PROCURADOR : EDVALDO COSTA BARRETO JÚNIOR E OUTRO(S)
AGRAVANTE : AGNELO PACHECO CRIAÇÃO E PROPAGANDA LTDA
ADVOGADO : GUILHERME AUGUSTO FERREIRA FREGAPANI E OUTRO(S)
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

ASSUNTO: DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - Licitações

AGRAVO REGIMENTAL

AGRAVANTE : CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL - CLDF
PROCURADOR : SERGIO LUIZ DA SILVA NOGUEIRA E OUTRO(S)
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
INTERES. : DISTRITO FEDERAL
PROCURADOR : EDVALDO COSTA BARRETO JÚNIOR E OUTRO(S)
INTERES. : AGNELO PACHECO CRIAÇÃO E PROPAGANDA LTDA
ADVOGADO : GUILHERME AUGUSTO FERREIRA FREGAPANI E OUTRO(S)

CERTIDÃO

Certifico que a egrégia PRIMEIRA TURMA, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Sérgio Kukina, Regina Helena Costa, Marga Tessler (Juíza Federal convocada do TRF 4ª Região) e Napoleão Nunes Maia Filho (Presidente) votaram com o Sr. Ministro Relator.

ATENDIMENTO AOS DESNUTRIDOS E ÀS GESTANTES DE RISCO NUTRICIONAL. CONVÊNIO FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO E A UNIÃO. VERBA PARA A AQUISIÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS UTILIZADA PARA PAGAMENTO DE PESSOAL. DEMANDA QUE OBJETIVA A DECLARAÇÃO DA REGULARIDADE DAS CONTAS PRESTADAS PELO PREFEITO. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. INOCORRÊNCIA. ACÓRDÃO FUNDADO NAS PROVAS E NA INTERPRETAÇÃO DAS CLÁUSULAS DO CONVÊNIO. REFORMA. INVIABILIDADE. SÚMULAS 5/STJ E 7/STJ. INATACADO FUNDAMENTO DA DECISÃO AGRAVADA. SÚMULA 182/STJ.

1. Não ocorre ofensa ao art. 535 do CPC, quando o Tribunal de origem dirime, fundamentadamente, as questões que lhe são submetidas, apreciando integralmente a controvérsia posta nos presentes autos.

2. O Tribunal a quo, amparado no conjunto probatório dos autos, sobretudo em Parecer Técnico do Ministério da Saúde - que reprovou a prestação de contas -, decidiu que o prefeito descumpriu os termos do convênio firmado com a União Federal.

3. A alteração das conclusões adotadas no acórdão recorrido, demandaria, necessariamente, a interpretação de cláusulas do convênio e o reexame de matéria fática, providências vedadas em recurso especial, nos termos das Súmulas 5/STJ e 7/STJ.

4. É inviável a apreciação do agravo regimental que deixa de atacar especificamente fundamento da decisão agravada, qual seja, a aplicação da Súmula 283/STF. Incidência da Súmula 182/STJ.

5. Agravo regimental a que se nega provimento (AgRg no REsp 1218303/RS, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 16/09/2014, DJe 24/09/2014, grifo nosso).

Ante o exposto, **não conheço**, respectivamente, de nenhum dos três agravos em recurso especial.

Publique-se. Intime-se.

Tendo em vista que as razões do presente agravo já foram suficientemente rebatidas pela decisão ora agravada, não vislumbro a necessidade de tecer nenhuma consideração complementar à devida fundamentação deste julgado.

Ante o exposto, **nego provimento** ao agravo regimental.

É como voto.

Superior Tribunal de Justiça

I - não conhecer do agravo manifestamente inadmissível ou que não tenha atacado especificamente os fundamentos da decisão agravada;

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. INEXISTÊNCIA. INOVAÇÃO RECURSAL. LEI ESTADUAL N. 9.664/2012. LEGISLAÇÃO LOCAL. SÚMULA 280/STF. ALÍNEA "C". DISPOSITIVO DE LEI EM QUE TERIA OCORRIDO A DISSIDÊNCIA INTERPRETATIVA. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO. SÚMULA 284 DO STF. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 182/STJ.

1. É inviável o agravo que deixa de atacar especificamente todos os fundamentos da decisão agravada. Incidência, por analogia, da Súmula 182 do STJ.

2. No agravo regimental, a agravante não impugna todas as razões da decisão agravada, limitando-se apenas a rebater a incidência da Súmula 284/STF.

3. Nos termos do art. 544, § 4º, inciso I, do Código de Processo Civil, "a parte deve impugnar todos os fundamentos da decisão agravada, autônomos ou não, pois não existe identidade entre a lógica da Súmula n. 182/STJ e a da Súmula n. 283 do STF, uma vez que o conhecimento, ainda que parcial do agravo em especial, obriga a Corte a conhecer de todos os fundamentos do especial, inclusive os não impugnados de modo específico" (AgRg no AREsp 68.639/GO, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, julgado em 13/12/2011, DJe 2/2/2012).

Agravo regimental não conhecido (AgRg no AREsp 450.558/MA, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 24/02/2014, grifo nosso).

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ART. 535, I E II, DO CPC. OMISSÃO. NÃO OCORRÊNCIA.

1. Os embargos de declaração, conforme dispõe o art. 535, incs. I e II, do CPC, destinam-se a suprir omissão, afastar obscuridade ou eliminar contradição existente no julgado, o que não ocorre na hipótese em apreço.

2. Não há vício de embargabilidade quando o aresto recorrido decide integralmente a controvérsia, de maneira sólida e fundamentada.

3. Consoante o entendimento deste Tribunal Superior, "a parte deve impugnar todos os fundamentos da decisão agravada, autônomos ou não, pois não existe identidade entre a lógica da Súmula n. 182/STJ e a da Súmula n. 283 do STF, uma vez que o conhecimento, ainda que parcial do agravo em recurso especial, obriga a Corte a conhecer de todos os fundamentos do especial, inclusive os não impugnados de modo específico" (AREsp n. 68.639/GO, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 2/2/2012).

4. Embargos de declaração rejeitados (EDcl no AgRg no AREsp 420.104/SC, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 07/08/2014, DJe 15/08/2014, grifo nosso).

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. PROGRAMA DE

AgRg no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 611.929 - DF (2014/0279032-7)

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RAZÕES RECURSAIS QUE NÃO IMPUGNAM ESPECIFICAMENTE OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO QUE INADMITIU O RECURSO ESPECIAL. ART. 544, § 4º, I, DO CPC.

1. É condição básica de qualquer recurso que o recorrente apresente os fundamentos jurídicos para a reforma da decisão atacada. No caso do agravo em recurso especial, a parte agravante deve infirmar, especificamente, todos os fundamentos da decisão de inadmissibilidade proferida pela Corte local, o que não ocorreu no caso em apreço, atraindo, assim, o óbice do disposto no art. 544, § 4º, I, do CPC.

2. Agravo regimental não provido.

VOTO

O SENHOR MINISTRO BENEDITO GONÇALVES (Relator): A decisão agravada não merece reforma e mantém-se por seus próprios fundamentos, *in verbis* (fls. 1778-1780):

Tratam-se de agravos contra decisões da Corte de origem que inadmitiram os recursos especiais por força dos seguintes fundamentos:

(i) Recurso interposto pela Câmara Legislativa do Distrito Federal-CLDF: (a) ausência de violação ao artigo 535, II, do CPC; (b) falta de cotejo analítico; e (c) aplicação da Súmula 83 do STF. Esse recurso especial apresenta a ofensa ao artigo 535, II, do CPC.

(ii) Recurso interposto pelo Distrito Federal: intempestividade do recurso. Esse especial apresenta a ofensa aos artigos 6º, da Lei nº 12.232/10 e 40, da Lei nº 8.666/93.

(iii) Recurso interposto por Agnelo Pacheco Criação e Propaganda LTDA: aplicação da Súmula 283 do STF. Esse recurso especial apresenta a ofensa aos artigos 2º, 4º, 6º e 20 da Lei 12.232/10.

Nos presentes agravos, os agravantes repetem as razões dos recursos especiais.

Oferecidas contraminutas.

É o relatório. Passo a decidir.

Os recursos de agravo não reúnem condições para serem conhecidos por esta Corte Superior, isso porque os agravantes não impugnaram, especificamente, os fundamentos utilizados pelo Tribunal de origem para inadmitir os respectivos recursos especiais, conforme determina o inciso I do § 4º do artigo 544 do CPC (incluído pela Lei n. 12.322/10), *in verbis*:

Art. 544. Não admitido o recurso extraordinário ou o recurso especial, caberá agravo nos próprios autos, no prazo de 10 (dez) dias.

[...]

§ 4º No Supremo Tribunal Federal e no Superior Tribunal de Justiça, o julgamento do agravo obedecerá ao disposto no respectivo regimento interno, podendo o relator:

Superior Tribunal de Justiça

AgRg no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 611.929 - DF (2014/0279032-7)

RELATOR : **MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**
AGRAVANTE : **CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL - CLDF**
PROCURADOR : **SERGIO LUIZ DA SILVA NOGUEIRA E OUTRO(S)**
AGRAVANTE : **DISTRITO FEDERAL**
PROCURADOR : **EDVALDO COSTA BARRETO JÚNIOR E OUTRO(S)**
AGRAVANTE : **AGNELO PACHECO CRIAÇÃO E PROPAGANDA LTDA**
ADVOGADO : **GUILHERME AUGUSTO FERREIRA FREGAPANI E OUTRO(S)**
AGRAVADO : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS**

RELATÓRIO

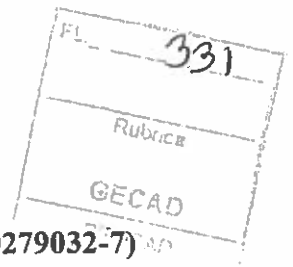
O SENHOR MINISTRO BENEDITO GONÇALVES (Relator): Trata-se de agravo regimental interposto pela Câmara Legislativa do Distrito Federal, contra decisão assim ementada:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVOS EM RECURSO ESPECIAL. RAZÕES RECURSAIS NÃO IMPUGNAM ESPECIFICAMENTE OS FUNDAMENTOS DAS DECISÕES QUE INADMITIRAM OS RECURSOS ESPECIAIS. AGRAVOS NÃO CONHECIDOS.

Nas razões do agravo, a agravante repetiu as razões do recurso especial e alegou que o primeiro fundamento do despacho de inadmissibilidade teria sido atacado e que o segundo fundamento seria equivocado.

É o relatório.

Superior Tribunal de Justiça



AgRg no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 611.929 - DF (2014/0279032-7)

RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
AGRAVANTE : CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL - CLDF
PROCURADOR : SERGIO LUIZ DA SILVA NOGUEIRA E OUTRO(S)
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
INTERES. : DISTRITO FEDERAL
PROCURADOR : EDVALDO COSTA BARRETO JÚNIOR E OUTRO(S)
INTERES. : AGNELO PACHECO CRIAÇÃO E PROPAGANDA LTDA
ADVOGADO : GUILHERME AUGUSTO FERREIRA FREGAPANI E OUTRO(S)

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RAZÕES RECURSAIS QUE NÃO IMPUGNAM ESPECIFICAMENTE OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO QUE INADMITIU O RECURSO ESPECIAL. ART. 544, § 4º, I, DO CPC.

1. É condição básica de qualquer recurso que o recorrente apresente os fundamentos jurídicos para a reforma da decisão atacada. No caso do agravo em recurso especial, a parte agravante deve infirmar, especificamente, todos os fundamentos da decisão de inadmissibilidade proferida pela Corte local, o que não ocorreu no caso em apreço, atraindo, assim, o óbice do disposto no art. 544, § 4º, I, do CPC.

2. Agravo regimental não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da PRIMEIRA Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Sérgio Kukina, Regina Helena Costa, Marga Tessler (Juíza Federal convocada do TRF 4ª Região) e Napoleão Nunes Maia Filho (Presidente) votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 05 de fevereiro de 2015(Data do Julgamento)

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
Relator



Superior Tribunal de Justiça

Fl.	328
Publica	
GECAD	
PROCAD	

necessariamente, a interpretação de cláusulas do convênio e o reexame de matéria fática, providências vedadas em recurso especial, nos termos das Súmulas 5/STJ e 7/STJ.

4. É inviável a apreciação do agravo regimental que deixa de atacar especificamente fundamento da decisão agravada, qual seja, a aplicação da Súmula 283/STF. Incidência da Súmula 182/STJ.

5. Agravo regimental a que se nega provimento (AgRg no REsp 1218303/RS, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 16/09/2014, DJe 24/09/2014, grifo nosso).

Ante o exposto, **não conheço**, respectivamente, de nenhum dos três agravos em recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 14 de novembro de 2014.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
Relator





decisão agravada. Incidência, por analogia, da Súmula 182 do STJ.

2. No agravo regimental, a agravante não impugna todas as razões da decisão agravada, limitando-se apenas a rebater a incidência da Súmula 284/STF.

3. Nos termos do art. 544, § 4º, inciso I, do Código de Processo Civil, "a parte deve impugnar todos os fundamentos da decisão agravada, autônomos ou não, pois não existe identidade entre a lógica da Súmula n. 182/STJ e a da Súmula n. 283 do STF, uma vez que o conhecimento, ainda que parcial do agravo em especial, obriga a Corte a conhecer de todos os fundamentos do especial, inclusive os não impugnados de modo específico" (AgRg no AREsp 68.639/GO, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, julgado em 13/12/2011, DJe 2/2/2012).

Agravo regimental não conhecido (AgRg no AREsp 450.558/MA, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 24/02/2014, grifo nosso).

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ART. 535, I E II, DO CPC. OMISSÃO. NÃO OCORRÊNCIA.

1. Os embargos de declaração, conforme dispõe o art. 535, incs. I e II, do CPC, destinam-se a suprir omissão, afastar obscuridade ou eliminar contradição existente no julgado, o que não ocorre na hipótese em apreço.

2. Não há vício de embargabilidade quando o aresto recorrido decide integralmente a controvérsia, de maneira sólida e fundamentada.

3. Consoante o entendimento deste Tribunal Superior, "a parte deve impugnar todos os fundamentos da decisão agravada, autônomos ou não, pois não existe identidade entre a lógica da Súmula n. 182/STJ e a da Súmula n. 283 do STF, uma vez que o conhecimento, ainda que parcial do agravo em recurso especial, obriga a Corte a conhecer de todos os fundamentos do especial, inclusive os não impugnados de modo específico" (AREsp n. 68.639/GO, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 2/2/2012).

4. Embargos de declaração rejeitados (EDcl no AgRg no AREsp 420.104/SC, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 07/08/2014, DJe 15/08/2014, grifo nosso).

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. PROGRAMA DE ATENDIMENTO AOS DESNUTRIDOS E ÀS GESTANTES DE RISCO NUTRICIONAL. CONVÊNIO FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO E A UNIÃO. VERBA PARA A AQUISIÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS UTILIZADA PARA PAGAMENTO DE PESSOAL. DEMANDA QUE OBJETIVA A DECLARAÇÃO DA REGULARIDADE DAS CONTAS PRESTADAS PELO PREFEITO. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. INOCORRÊNCIA. ACÓRDÃO FUNDADO NAS PROVAS E NA INTERPRETAÇÃO DAS CLÁUSULAS DO CONVÊNIO. REFORMA. INVIABILIDADE. SÚMULAS 5/STJ E 7/STJ. INATACADO FUNDAMENTO DA DECISÃO AGRAVADA. SÚMULA 182/STJ.

1. Não ocorre ofensa ao art. 535 do CPC, quando o Tribunal de origem dirime, fundamentadamente, as questões que lhe são submetidas, apreciando integralmente a controvérsia posta nos presentes autos.

2. O Tribunal a quo, amparado no conjunto probatório dos autos, sobretudo em Parecer Técnico do Ministério da Saúde - que reprovou a prestação de contas -, decidiu que o prefeito descumpriu os termos do convênio firmado com a União Federal.

3. A alteração das conclusões adotadas no acórdão recorrido, demandaria,



AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 611.929 - DF (2014/0279032-7)

RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
AGRAVANTE : CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL - CLDF
PROCURADOR : SERGIO LUIZ DA SILVA NOGUEIRA E OUTRO(S)
AGRAVANTE : DISTRITO FEDERAL
PROCURADOR : EDVALDO COSTA BARRETO JÚNIOR E OUTRO(S)
AGRAVANTE : AGNELO PACHECO CRIAÇÃO E PROPAGANDA LTDA
ADVOGADO : GUILHERME AUGUSTO FERREIRA FREGAPANI E OUTRO(S)
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVOS EM RECURSO ESPECIAL. RAZÕES RECURSAIS NÃO IMPUGNAM ESPECIFICAMENTE OS FUNDAMENTOS DAS DECISÕES QUE INADMITIRAM OS RECURSOS ESPECIAIS. AGRAVOS NÃO CONHECIDOS.

DECISÃO

Tratam-se de agravos contra decisões da Corte de origem que inadmitiram os recursos especiais por força dos seguintes fundamentos:

(i) Recurso interposto pela Câmara Legislativa do Distrito Federal-CLDF: (a) ausência de violação ao artigo 535, II, do CPC; (b) falta de cotejo analítico; e (c) aplicação da Súmula 83 do STJ. Esse recurso especial apresenta a ofensa ao artigo 535, II, do CPC.

(ii) Recurso interposto pelo Distrito Federal: intempestividade do recurso. Esse especial apresenta a ofensa aos artigos 6º, da Lei nº 12.232/10 e 40, da Lei nº 8.666/93. ①

(iii) Recurso interposto por Agnelo Pacheco Criação e Propaganda LTDA: aplicação da Súmula 283 do STF. Esse recurso especial apresenta a ofensa aos artigos 2º, 4º, 6º e 20 da Lei 12.232/10.

Nos presentes agravos, os agravantes repetem as razões dos recursos especiais.

Oferecidas contraminutas.

É o relatório. Passo a decidir.

Os recursos de agravo não reúnem condições para serem conhecidos por esta Corte Superior, isso porque os agravantes não impugnaram, especificamente, os fundamentos utilizados pelo Tribunal de origem para inadmitir os respectivos recursos especiais, conforme determina o inciso I do § 4º do artigo 544 do CPC (incluído pela Lei n. 12.322/10), *in verbis*: ①

Art. 544. Não admitido o recurso extraordinário ou o recurso especial, caberá agravo nos próprios autos, no prazo de 10 (dez) dias.

[...]

§ 4º No Supremo Tribunal Federal e no Superior Tribunal de Justiça, o julgamento do agravo obedecerá ao disposto no respectivo regimento interno, podendo o relator:

I - não conhecer do agravo manifestamente inadmissível ou que não tenha atacado especificamente os fundamentos da decisão agravada;

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. INEXISTÊNCIA. INOVAÇÃO RECURSAL. LEI ESTADUAL N. 9.664/2012. LEGISLAÇÃO LOCAL. SÚMULA 280/STF. ALÍNEA "C". DISPOSITIVO DE LEI EM QUE TERIA OCORRIDO A DISSIDÊNCIA INTERPRETATIVA. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO. SÚMULA 284 DO STF. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 182/STJ.

1. É inviável o agravo que deixa de atacar especificamente todos os fundamentos da